



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

NADA SE PERDE TUDO SE CONSOME: DEVASTAÇÃO DA FLORESTA TROPICAL DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XX

Haruf Salmen Espindola (Universidade Vale do Rio Doce) - haruf@univale.br

Doutor em História pela USP; Professor Titular da Universidade Vale do Rio Doce, vinculado ao Curso de História; Coordenador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território.

Júlio César Pires Pereira de Moraes (PUC-MG) - jocappm@yahoo.com.br

Graduado em História pela PUC-MG; Auxiliar de Pesquisa.

Barbara Parreiras de Aquino (UFMG) - babipaquino07@yahoo.com.br

Possui graduação em Ecologia pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2009). É graduanda de História pela UFMG. Tem experiência na área de Ecologia e na área de História, com ênfase em História Ambiental. É técnica do Instituto Cultural Inhotim

Nada se Perde Tudo se Consome: Devastação da Floresta Tropical de Minas Gerais no Século XX.

Resumo

O presente estudo busca reconstruir algumas práticas sociais referentes à comercialização dos recursos florestais no Vale do Rio Doce, na primeira metade do século XX, e sua relação com o processo de legitimação de terras devolutas da região. Através desse exercício de reconstrução das práticas sociais frente à exploração e comercialização da mata podemos perceber como a legislação agrária mineira interferiu na forma da ocupação das terras. Entre 1930 e 1960, o Vale do Rio Doce vivenciou o seu maior crescimento econômico e adensamento populacional. Foram várias e de grande impacto as transformações ocorridas durante esses trinta anos. A constituição da propriedade privada foi o mecanismo legal utilizado para garantir as distintas finalidades do uso do solo e exploração dos recursos florestais. Se para posseiros de pequenas glebas a mata e a terra tinham valor de uso, para outros atores tratava de valor mercantil. Estão presentes várias categorias sociais com interesses distintos e, em certa medida, antagônicos. A análise dos processos de compra de terras devolutas permite perceber os distintos interesses presentes no território.

Em 1908, cem anos do início da “conquista” do rio Doce, pouca coisa havia alterado na paisagem². O naturalista Saint-Hilaire (1974, p. 176-177) se referiu à fraqueza da sociedade frente à natureza da zona do rio Doce. “*A natureza aí conservou quase toda a*

² Em 13 de maio de 1808 o governo do Príncipe Regente Dom João, expediu Carta Régia, mandando formar seis divisões militares, fazer guerra ofensiva aos índios Botocudos e ocupar a zona de floresta que se estendia entre a região mineradora de Minas Gerais e o Litoral do Espírito Santo, Norte do Rio de Janeiro e Sul da Bahia (ESPINDOLA, 2005).

sua potência; o homem isolado, lutando contra ela, mostra o quanto é ele fraco, e, após tantos esforços apenas deixa ligeiros traços de seu trabalho. ...sou testemunha das que se quiseram criar aqui a fim de tornar navegável o rio Doce, de explorar o ouro e o ferro em Minas Gerais...” No século XX a força do capital e a política intervencionista do Estado iriam mudar a correlação entre sociedade e natureza. Nelson de Senna (1906), deslumbrado com a possibilidade de enriquecimento no Vale do Rio Doce, vislumbrou essa mudança: *“Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no vale do rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitais da indústria extrativa, para que apareçam e deslumbrem as quantas empresas nela empatem a sua atividade e interesse”*. Na opinião de Senna, bastava *“a organização de uma grande empresa ou sindicato para explorar as grandes riquezas naturais do rio Doce”* para que os lucros aparecessem de imediato, *“porque o solo e o subsolo ali podem, no lendário rio, oferecer ao homem as maiores opulências e tesouros”*.

Nas três primeiras décadas do século XX, a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), iniciada em 1903, foi o principal fator de incremento do povoamento e transformação da paisagem. O Vale do Rio Doce pode ser considerado como zona de colonização da ferrovia porque foi efetivamente ocupado a partir da construção da EFVM. A estrada de ferro efetivou um projeto de 1858, discutido no Parlamento do Império, que visava a construção de uma estrada que partisse de onde o rio Doce deixa de ser navegável, na província do Espírito Santo, e fosse até Itabira. A Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, fundada em 1901, não seguiu o projeto anterior, mas traçou uma ferrovia com início no porto de Vitória, no Espírito Santo, e término na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, seguindo o Rio Doce até Figueira (atual Governador Valadares), onde avançaria pelo vale do rio Suaçuí Grande, passando por Peçanha, até atingir o ponto terminal. Excerto o percurso inicial, no Espírito Santo, e o trecho final, depois de Peçanha, o restante da estrada de ferro iria devassar uma zona de floresta tropical pouco conhecida, com população rarefeita e de grande incidência de malária. Em 1904 a Companhia EFVM determinou o estudo da região do médio rio Doce, que aparece no relatório de 1907 como um vazio demográfico, coberta de “luxuriante floresta”. As matas estariam preservadas pelas dificuldades de povoamento e por causa da malária. A população, calculada em 255 mil habitantes, concentrava-se nas zonas altas dos afluentes do rio Doce, nos municípios de Guanhões, Manhauçu e Caratinga, onde se plantava café. (ROSA, 1976)

A EFVM era uma “estrada de penetração” que abriu caminho dentro da floresta, margeando o rio Doce até encontrar o afluente Piracicaba, por onde seguiu, até tomar a direção de Itabira, aonde chegou em 1942. Nos primeiros três anos, tendo aberto 200 quilômetros ao tráfego, a ferrovia mantinha-se completamente deficitária porque a

população e a atividade econômica eram incipientes³. Um indicativo do progressivo adensamento demográfico foi o aumento do tráfego ferroviário, cujas “estimativas feitas um ano antes eram superadas pela procura cada vez maior”. O café, a madeira de lei e o transporte de passageiros deram importante contribuição para a obtenção das receitas que sustentaram a companhia (ROSA, 1976, pp. 108-122).

Típica ferrovia de penetração, caracterizou-se pelo avanço rápido durante a primeira fase de construção (1903-1910)⁴, tendo atingido o rio Doce em 1906, onde hoje é Colatina. Em 1907 a ferrovia penetra no Estado de Minas Gerais, chegando à atual cidade de Governador Valadares (Estação de Figueira), em 15 de agosto de 1910. Com a inauguração da Estação de Figueira, é para essa localidade que se “dirigem levadas de posseiros, de retirantes, de trabalhadores do campo. É em Figueira que residem os “coronéis”. É para Figueira que se dirigem os comerciantes vindos do noroeste da bacia do médio Rio Doce” (SIMAN, 2008, p. 248). Em 1910 a EFVM contava com cerca de 300 km trafegáveis, colocando a ponta dos trilhos no coração da floresta atlântica do rio Doce. Nessa época a ferrovia passou ao controle da Itabira Iron Ore Company, entrando em cena o empresário americano Percival Farquhar. O traçado é mudado de Diamantina para Itabira e o objetivo passa a ser o transporte de minério de ferro.

O interesse pelo Vale do Rio Doce ganhou outra dimensão depois do anúncio sobre o potencial das reservas de alto teor de ferro do quadrilátero ferrífero, durante o XI Congresso Geológico e Mineralógico, realizado em 1910, na cidade de Estocolmo. Em 1911, o americano Percival Farquhar assumiu o controle do Brazilian Hematite Syndicate, criada em 1909, alterando seu nome para Itabira Iron Ore Company. A nova empresa, com participação majoritária de capitalistas ingleses, assumiu o controle das minas de minério de ferro e da EFVM, mas os planos de modernização da ferrovia e exportação do minério de ferro não saíram do papel. Nessa nova fase, as dificuldades financeiras, os problemas gerados pela Primeira Guerra Mundial e a falta de mão de obra afetaram a obra de construção da EFVM, que havia penetrado numa região com alto índice de malária. Se os primeiros 300 km foram abertos em sete anos, os 100 km seguintes levariam doze anos (estação da atual cidade de Ipatinga, inaugurada em 1922) e os outros 100 km mais dez anos (estação da atual cidade de Nova Era, inaugurada em 1932). O ponto terminal projetado para Itabira somente seria atingido em 1942, ano em que a EFVM foi encampada pelo governo federal.

³ Para um relato sobre a construção da EFVM nos primeiros anos, veja o relatado do engenheiro (ALMEIDA, 1978).

⁴ A história da EFVM tem três fases diferentes: 1) período de 1901-1910, no qual o controle era dos engenheiros João Teixeira Soares e Pedro Nolasco Pereira da Cunha, fundadores da empresa; 2) período de 1910-1942, no qual o controle foi da Itabira Iron Ore Company, cujos acionistas eram representados por Percival Farquhar; 3) a partir de 1942, no qual o controle é da Companhia Vale do Rio Doce.

O fato de existirem ferrovia e floresta à margem do rio Doce, numa região rica de minério de ferro, favoreceu a implantação de um parque siderúrgico com a tecnologia do carvão vegetal (COSTA, 1995). A força do capital se faz presente com grandes investimentos siderúrgicos. Em 1925 começa a funcionar a primeira usina siderúrgica integrada da América do Sul – a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Sabará. Segue a Usina Gorceix (1925), Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (1925), Metalúrgica Santo Antônio (1931). Em 1937, a Belgo-Mineira inaugurou a segunda usina: maior a carvão vegetal do mundo, introduzindo também o reflorestamento à base de eucaliptos. Essa nova usina foi implantada onde funcionou a antiga fábrica de Jean Monlevade. Em 1944 é funda a Companhia Aços Especiais Itabira – Acesita, na localidade de Timóteo, cerca de 80 km abaixo de Monlevade, pelos sócios Percival Farquhar, Amyntas Jacques de Moraes e Athos de Lemos Rache. Acesita era uma usina siderúrgica de aços especiais auto-suficiente em matérias-primas e energia, construída junto às fontes de minério de ferro, carvão vegetal e queda d'água. Favorecidos pelo projeto de industrialização do governo mineiro, a partir de Artur Bernardes, diversos empreendimentos implantaram siderúrgicas a carvão vegetal, além das dezenas de fábricas de ferro gusa construídas na região (STRAUCH, 1955; PAULA, 1997; RACHE, s/d; GOMES, 1983).

As forças do Estado e do capital, a partir da década de 1930, abriram caminho para outros empreendimentos, tais como mineração, indústria da madeira, reflorestamento de eucalipto, entre outros. O reflexo da nova dinâmica econômica é o rápido crescimento da população urbana e do número de cidades, especialmente às margens ou próximas ao rio Doce, por onde corria os trilhos da EFVM. A indústria do carvão vegetal, destinada às siderúrgicas, e a extração de lenha tiveram um papel significativo na ocupação e devastação das florestas do vale do rio Doce. As siderúrgicas desencadearam intensa atividade carvoeira, junto às margens dos trilhos da ferrovia, depois em todo o médio rio Doce. Os agentes das siderúrgicas compravam dos agricultores e fazendeiros o carvão vegetal, cuja venda, para ambos, servia como fonte de capitalização. A venda da madeira de lei, dormentes e lenha eram outras fontes importantes de recursos financeiros para os proprietários ou posseiros iniciarem suas lavouras ou criação de gado. Para os posseiros que ocupavam terras devolutas, pertencentes ao Estado de Minas Gerais, a extração da madeira e da lenha e a produção de carvão vegetal eram atividades ilegais, independente de serem pequenos agricultores ou grandes fazendeiros. A lenha, principal fonte de energia, era destinada a estrada de ferro, siderúrgicas, olarias, panificadoras, caldeiras industriais e, principalmente, para servir ao consumo doméstico da crescente população (STRAUCH, 1958, p. 98; RACHE, s/d, p. 80 e seguintes).

A inauguração da estação ferroviária de Nova Era possibilitou o entroncamento da EFVM com o ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil. Portanto, nessa data, o Vale do

Rio Doce estava ligado por ferrovia à cidade de Vitória, no Espírito Santo, à capital mineira Belo Horizonte e, por meio da Central do Brasil, ao Rio de Janeiro. Quatro décadas após iniciada a construção da EFVM, a primeira grande intervenção do governo federal, a rodovia Rio-Bahia (atual BR 116) impacta o Vale do Rio Doce. A rodovia, iniciada em 1937, cortou a região no sentido transversal à ferrovia, ligando-a com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, além de abrir o corredor para a migração originada do Nordeste. Esses dois grandes eixos se cruzam na cidade de Governador Valadares, facilitando o acesso à região e intensificando a exploração dos seus recursos naturais. A Rio-Bahia permitiu a constituição de um sistema viário integrador de toda a zona de floresta, ao cortar a região no sentido Sul-Norte, cruzando com as ferrovias (sentido Leste-Oeste) na cidade de Governador Valadares (EFVM) e Teófilo Otoni (Estrada de Ferro Bahia Minas), além de ligar-se com o ponto terminal da Estrada de Ferro Leopoldina, na cidade de Caratinga. As três cidades assumiram a condição de pólo regional, ao concentrar as atividades de beneficiamento dos produtos regionais, a comercialização e a prestação de serviços.

Em 1942, outra decisão do governo federal atingiu diretamente a região, quando apoiado pelos EUA e pelo Reino Unido, Getúlio Vargas encampou os empreendimentos de Farquhar, nacionalizou a Itabira Iron Ore Company, incorporou a EFVM e criou a Companhia Vale do Rio Doce (VALE)⁵. A atividade de mineração se instala sob os efeitos da Segunda Guerra Mundial, ligando a região diretamente aos interesses estratégicos dos Aliados. Com base nas disposições contidas no Código de Minas, o governo federal desencadeou sua política para a área de exploração mineral, na década de 1940. Pouco antes, Getúlio Vargas havia dado o golpe e implantado o Estado Novo (1937). O ano de 1942 foi decisivo nesse processo, quando a região foi elevada à posição de relevo nos cálculos estratégicos do governo, em função do minério de ferro e da mica. No ano do ataque japonês a *Pearl Harbor* foram assinados os Acordos de Washington. A VALE iniciou a reforma da EFVM para transporte de minério em grande escala, contando com engenheiros, técnicos e financiamento dos EUA. Os Acordos de Washington também proporcionaram ao governo brasileiro recursos para o saneamento e erradicação da malária do vale do rio Doce, por meio do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, em dois projetos pioneiros: Projeto Rio Doce e Projeto Mica.⁶ Enquanto o Projeto Rio Doce atendeu os acampamentos dos técnicos e trabalhadores que reformavam a EFVM e as cidades e

⁵ O Governo Vargas atribuiu a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, no seu estatuto, a responsabilidade de promover o desenvolvimento da bacia do rio Doce, porém foi apenas 1955 que a Vale destinou os primeiros recursos para esse fim, contudo sem efetivamente influenciar nos rumos do desenvolvimento regional (MEDEIROS, 1969).

⁶ A instalação e manutenção de serviços urbanos básicos ficaram a cargo de um órgão federal, fugindo a soberania dos governos locais. (VILARINO, 2008).

vilas situadas ao longo dos trilhos, o Projeto Mica se capilarizou para atender a produção de mica destinada à exportação.

A mica ou malacacheta era um minério estratégico para diversos empregos industriais, isolamento térmico, instrumentos de precisão e aeronáutica. As fontes indianas dessa matéria prima foram cortadas pelos submarinos alemães, forçando os EUA a encontrar rapidamente outro fornecedor. Com apoio técnico e financeiro dos EUA foi implantado a indústria de extração e beneficiamento de mica, centrada na cidade de Governador Valadares. Os arrendatários ou proprietários das jazidas de mica extraíam o minério e o enviava para o beneficiamento em estabelecimentos com dezenas ou centenas de operárias. Os beneficiadores também contratavam os serviços de centenas de pequenas oficinas ou de trabalhadoras domésticas, espalhados em fundos de quintais pelos bairros pobres da cidade. Nos anos de 1950, o produto era na sua quase totalidade exportado para os EUA. (STRAUCH, 1959, p. 121-122)

Com a constituição de um sistema viário na década de 1940, constitui o que Martins (1975, p. 47) caracteriza como frente pioneira, com a entrada de diversos empreendimentos econômicos, particularmente a indústria madeireira, mineração e pecuária de corte.⁷ As atividades de extração e beneficiamento da madeira de lei e de produção de carvão vegetal, ao abrirem centenas de estradas vicinais interligadas às rodovias e estações ferroviárias, permitiram a rápida ocupação das terras de floresta e favoreceram o predomínio da frente pioneira, caracterizada pela presença de pessoas com capacidade, influência e poder para constituírem grandes latifúndios⁸. Na verdade a constituição da frente pioneira na região Rio Doce/Mucuri confirma a proposição de Waibel (1955, p. 412), de que eram “áreas insuladas de mata” formadas por correntes de penetração vindas de todos os quatro pontos cardeais, a partir da ligação que se estabeleceu com as duas cidades industriais: São Paulo e Rio de Janeiro.

O povoamento produzido pelas frentes de expansão demográfica (migração interna) caracterizava-se pelo processo de apossamento de terras devolutas para uso particular, por lavradores pobres. As terras florestais eram duplamente atrativas, primeiro pelo fato de estarem “disponíveis” para ocupação já que eram terras devolutas, segundo porque a floresta atestava serem terras “boas” para a agricultura. O apossamento era individual, porém promovido por conjunto de pessoas reunido por laços de parentesco e compadrio. A configuração natural do relevo favorecia o estabelecimento dos posseiros junto aos cursos

⁷ A frente pioneira é caracterizada pelo predomínio do interesse econômico capitalista no mercado de terras, por meio de empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, industriais, bancárias etc. (MARTINS, 1975, p. 47). Na região Rio Doce/Mucuri, na década de 1940, os interesses minerais (ferro e mica), siderúrgicos, madeireiros e pecuários influenciaram diretamente no processo de abertura da fronteira econômica (frente pioneira).

⁸ Além dos particulares, também estavam presentes o interesse das grandes companhias pelo controle de grandes extensões de áreas florestais, com destaque para a siderúrgica Belgo-Mineira, possuidora de dezenas de milhares de hectares.

d'água (córregos), cuja extensão da ocupação era determinada pela vertente. Existe uma inter-relação entre terras de mata, técnica de exploração e sistema de cooperação de vizinhança que favorece o avanço da frente de expansão demográfica. Essa se integrava à economia de mercado ao absorver excedentes populacionais de outras zonas e ao produzir excedentes que eram comercializados. Isso caracteriza o uso privado das terras devolutas, num contexto no qual essas não são regidas por valor de mercado (MARTINS, 1974, p. 45-46).

O posseiro praticava o sistema da queimada e rotação de terras, com a roça dentro da mata, tendo como instrumento de trabalho a enxada e como cultivo o arroz, feijão, milho, abóbora, além de engordar porcos. A precariedade estrutural da frente de ocupação se intensificou a partir da penetração da frente pioneira. A valorização da terra como mercadoria, a compra e venda das posses dos lavradores pobres e a propriedade privada como condição para obtenção e manutenção da posse fecha os espaços para os posseiros pobres e desestrutura as suas comunidades de vizinhança (CASTALDI, 1957).

A força do capital e a atuação do Estado foram determinantes no colapso da frente de expansão demográfica, ao provocar a expulsão dos lavradores pobres (posseiros e proprietários) e ao reduzir a índice inexpressivo a participação da pequena propriedade na estrutura agrária. O capital e o Estado foram determinantes na configuração territorial fundada no latifúndio e na pecuária de corte. Em 1964, o rebanho bovino da região do Rio Doce se tornou um dos maiores de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1973, p. 66)⁹. O regime de exploração era marcado por um número insignificante de arrendatários e parceiros frente aos 75,7% de assalariados permanentes e temporários. O gado bovino era fornecido, principalmente, para frigoríficos do Rio de Janeiro (ESPINDOLA, AQUINO e MORAIS, 2009).

Os incêndios florestais respondiam indiretamente pela expansão da pecuária, ao provocar a substituição das matas pelos pastos de capim colônio. Os incêndios tomavam grandes proporções por causa do relevo de encostas com inclinações acentuadas e do clima seco, quente e pobre de precipitação, especialmente nas épocas de longas estiagens. As dezenas de milhares de posseiros a princípio se limitavam a utilizar uma pequena quantidade de madeira para suas necessidades básicas, deixando o fogo consumir o restante¹⁰. Não eram raros os incêndios de origem criminosa, provocados por grileiros com a intenção de destruir as culturas e benfeitorias dos posseiros, forçando-os a abandonarem as terras (PEREIRA, 1984). As queimadas acidentais também eram freqüentes, provocadas pelo descontrole ao “limpar” o terreno e também pelas fagulhas expelidas pelas locomotivas.

⁹ MINAS GERAIS. Regiões para fins de programação. Belo Horizonte. Conselho Estadual do Desenvolvimento, 1973.

¹⁰ As queimadas para abertura de clareiras para a agricultura eram focos de grandes incêndios florestais.

Esses incêndios contribuíam em larga medida para o predomínio do capim-colonião, que por sua vez era o principal foco meio de alastramento dos incêndios e devastação florestal. A expansão do capim-colonião, espécie invasora agressiva, capaz de deslocar até mesmo outras gramíneas africanas, era favorecida pelo fogo no seu processo expansão em detrimento da floresta. A substituição da floresta pelo capim colonião favoreceu o domínio da pecuária e da grande fazenda de gado bovino. (ESPINDOLA, 2008).

Para Borges (1988, p. 209), nas primeiras décadas do século XX a fronteira tinha se mostrado interessante basicamente para os agentes da economia “camponesa”, porém o quadro modificou-se quando a região Rio Doce/Mucuri foi aberta para a penetração capitalista. Isso resultou em forte conflito pela posse da terra, num contexto dominado pela atuação do Estado de Minas Gerais na regulação da apropriação privada das terras devolutas. As tensões chegaram ao auge no início da década de 1960, como se constata na proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar *in loco* as origens, natureza e profundidade da agitação reinante no meio rural, especificando nominalmente a região de Governador Valadares.¹¹ O tipo de exploração promovido pelo capital determinou o rápido consumo da floresta, ao financiar a extração da madeira de lei e a produção de carvão vegetal e lenha. A frente pioneira também induziu a devastação das matas pelo posseiro, na medida em que o recurso florestal tornou-se mercadoria.

Na primeira metade do século XX a floresta era transformada em madeira de lei para exportação e consumo interno; em dormentes para assentar os trilhos das estradas de ferro; em carvão vegetal e lenha para abastecer as locomotivas, os autos-fornos das siderurgias e as centenas de fornos de padarias, fundições, olarias, entre outros consumos industriais. Com o crescimento populacional o consumo doméstico de lenha também passa a responder por um aumento significativo da devastação florestal.

As estradas de ferro construídas na primeira metade do século XX contribuíam para o consumo da floresta, ao demandarem madeira para os dormentes e como combustível para as locomotivas. A reforma da EFVM para transporte de minério em grande escala, na década de 1940, aumentou ainda mais o consumo de madeira, tanto de dormentes, como para atender o aumento do número de viagens e a potência das locomotivas a vapor. A industrialização brasileira, a partir da década de 1930, demandou um fornecimento crescente de aço e ferro pelas siderúrgicas mineiras, concentradas no Vale do Rio Doce, que por sua vez necessitaram de quantidades crescentes de carvão vegetal e lenha, acelerando a devastação das matas.

¹¹ Proposta de Resolução PRC-39/1964, de 02 de março de 1964, do Deputado Federal do PSD, Cunha Bueno, arquivada pela mesa da Câmara. A informação encontra-se no site da Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e Outras Proposições. Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=235391. Acessado em 18 de junho de 2009.

O geógrafo Ney Strauch (1955) contabilizou dezenas de serrarias no Vale do Rio Doce, com a maior concentração na cidade de Governador Valadares, onde operavam doze grandes unidades, na década de 1950. Pierre Monbeig (1984) descreve a expansão das serrarias no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, mas algumas características são comuns à região Rio Doce/Mucuri. A intensificação da exploração da madeira de lei estava ligada diretamente à implantação do sistema viário, mencionado acima, e a entrada em cena do caminhão. Como observou Mombeig para o Estado de São Paulo, também se encontra no Vale do Rio Doce as serrarias de dois tipos: as pesadas e as leves. As primeiras representam grandes investimentos em maquinarias e não podiam ser deslocadas facilmente, a exemplo do complexo de serraria e fábrica de compensado pertencente a Companhia Agropecuária Rio Doce (CAP), presidida por Júlio Soares, cunhado de Juscelino Kubitschek. Essa empresa localizada em Governador Valadares, subsidiária da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, foi vendida para um grupo empresaria de Belo Horizonte, em 1959. Indústrias de madeira desse porte se localizavam nas cidades maiores, junto às estações ferroviárias e com melhor fornecimento de energia. No caso da CAP e de outras de grande porte, como a Indústria Madeireira e Pecuária Cabral S.A. (IMAPEBRA) e Serraria Progresso S.A, que produziam para exportação, havia extensões de trilhos ou terminais exclusivas juntas aos estabelecimentos industriais. A abertura de estradas e o uso de caminhões garantiram o fornecimento, na medida em que as áreas de exploração de toras se distanciavam. As serrarias leves acompanhavam a marcha da exploração florestal, produzindo vigas, caibros, pranchas, tábuas e tacos para uso das construções e marcenarias locais.

Com a entrada da frente pioneira as matas se tornaram recursos florestais com expressivo valor de mercado. Isso não significou o fim dos incêndios florestais, porém esses passam a ser considerados desperdício de riqueza. Apesar de o latifundiário ter uma posição conflituosa com o posseiro, já que ambos almejam a terra (porém em proporções e finalidades distintas¹², eles passam a compartilhar a mesma percepção em relação à floresta. O preço da terra com mata era maior do que o da terra desmatada. Ao retirar a cobertura florestal, o preço da terra se reduzia e, ao mesmo tempo, com parte do dinheiro da venda das árvores era possível pagar o terreno.¹³ Para os dois atores, como para outros ali situados (agentes das siderúrgicas, ferrovias e produtores de carvão e lenha), a mata passou a ter valor e utilidade se fosse derrubada para ser vendida.

Ao enumerar os diversos fatores acima temos como objetivo identificar o conjunto de situações que provocaram a devastação da floresta. MOMBEIG (1984) identificou três

¹² José de Souza Martins (1975) discute as finalidades distintas dos dois tipos de interesse perante a terra.

¹³ Processo 19075, em nome do deputado estadual Geraldo Landi. Arquivo Geral do Instituto de Terra do Estado de Minas Gerais – ITER.

estágios na exploração da floresta: retira-se a madeira de lei, depois as de médio porte e, por último, as de qualidade inferior. Esses três estágios ocorreram simultaneamente na exploração da madeira na região do Rio Doce/Mucuri. Essa questão da simultaneidade da exploração é um dos fatores que particulariza o processo em relação aos demais casos de exploração da floresta atlântica. O empreendimento síntese foi a CAP, subsidiária da siderúrgica Belgo-Mineira, que operava uma grande serraria de beneficiamento de madeira para exportação, uma fábrica de compensados para aproveitar a madeira de lei de segunda e dezenas de bases para compra de dormentes, lenhas e carvão vegetal produzidos por terceiros.

A grande quantidade de posseiros que vinha se estabelecendo na região ao longo dos anos, se tornam grandes devastadores da floresta. Primeiro para consumo próprio na construção de suas benfeitorias (casa de moradia, paiol, abrigo para animais, monjolo, cercas etc.) e no consumo de lenha. Entretanto, a maior parte era consumida pelo fogo, por causa da antiga prática da “queimada” para a limpeza e preparação do solo para o cultivo. Inicialmente a mata era um empecilho que o lavrador deveria remover, porém o mercado transformou os recursos florestais em valor que poderia ser convertidos em fonte de renda monetária para os lavradores, com a venda da madeira, dormentes, carvão e lenha. O mesmo procedimento foi seguido por fazendeiros e indivíduos residentes nas cidades, que passaram a devastar as matas, independente da legislação federal e estadual proibir tais práticas.

A floresta rica em madeira não só impulsionou como viabilizou economicamente a compra das terras devolutas. A venda dessas matas transformou a legitimação da propriedade privada em um negócio altamente lucrativo. Existia um interesse pelas terras por alguns e o interesse exclusivo pelas matas por outros, o que ocorria na maioria dos casos era a compra das terras devolutas com recursos oriundos da venda de madeiras da mesma terra, procedimento esse ao “arrepio da lei”. O governo do estado se mostrava preocupado com a exploração ilegal das madeiras e devastação das matas, principalmente nas terras devolutas que lhe pertenciam. Havia uma contradição fundamental que envolvia a apropriação privada dos recursos territoriais, isto é, a apropriação da floresta se dava pela sua remoção e da terra pela sua ocupação. Em 1957 o Secretário de Agricultura Álvaro Marcílio em Exposição à Assembléia Legislativa fez o seguinte comentário:

Cumprir notar, porém, que o problema da defesa florestal, embora intimamente vinculado ao do solo, reveste-se de complexidade bem maior, pois enquanto a terra é inamovível por natureza, o mesmo não ocorre em relação à flora (MARCÍLIO. 1961 p.94).

A exploração da madeira tornou-se um recurso econômico muito eficaz para integralizar o pagamento das terras compradas do Estado e também para constituir um

capital para tocar o empreendimento. Para um tipo de posseiro (aquele que dispõe unicamente da sua força de trabalho e a de sua comunidade de vizinhança), era praticamente insuperáveis as dificuldades para legitimar a sua posse com recursos obtidos da venda de sua produção agrícola, já que primeiro deveria sustentar os membros da família e prover os meios para a próxima safra. O excedente era suficiente, no máximo, para a compra do querosene, sal, tecidos, utensílios domésticos e ferramentas. Os processos de legitimação de terras existentes no Arquivo Geral do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER demonstram as dificuldades do posseiro de pequena gleba pagar o valor do terreno à vista, ou mesmo em cinco prestações, acrescidas de 20%, como determinava a legislação. A crise do café, em 1929/1930, atingiu drasticamente o Vale do Rio Doce, eliminando praticamente a única cultura comercial que permitia acumular um excedente monetário para o pagamento à vista das terras. Os atrasos no pagamento das prestações levaram a seção de terras da Secretaria de Agricultura a recusar as propostas de compra parceladas.

O governo de Minas Gerais estabeleceu (tardiamente) condições para que o ocupante de terras devolutas adquirisse recursos através de empréstimo. A Lei 348/1948 dispõe sobre o penhor rural de terras devolutas, e em seu artigo primeiro define as condições:

Os atuais e futuros ocupantes de terras de propriedade do Estado (terras devolutas) ficam autorizados a darem penhor rural dos financiamentos que lhes forem concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., ou outro estabelecimento de crédito, as culturas nelas existentes, instrumentos agrários e animais, cabendo ao Banco exigir prova de pagamento da ocupação (Lei mineira nº 348 de 1948).

Mesmo na hipótese de que o ocupante localizado dentro das matas tivesse acesso às informações referentes a créditos agrícolas e também um nível escolar suficiente para compreender a lei, de nada adiantaria. A lei desconheceu a necessidades do posseiro desprovido de recursos, pois o que aceitava como penhor era exatamente os bens de subsistência e de trabalho das famílias ou aqueles que eram produzidos coletivamente, dentro do sistema de vizinhança. As benfeitorias eram na sua maioria precárias construções de madeiras, os instrumentos agrários eram os mais rudimentares possíveis e os animais, quando possuíam, eram poucas unidades de “porcos de toucinho”. Nessas condições a madeira das terras devolutas era a melhor moeda de troca da região, de liquidez fácil e imediata devido à grande procura pelas serrarias, siderúrgicas, exportação e lenha.

A primeira iniciativa com o intuito de contornar o problema da retirada ilegal das madeiras ocorreu em 1938, o então Secretário da Agricultura, Israel Pinheiro, fez baixar uma portaria em 15 de março que ficou conhecida como “Carta de Ordem”. O objetivo era dar condições para o uso imediato dos recursos da terra por seu comprador. Antes dessa

portaria, o ocupante de terras devolutas só poderia explorar efetivamente o terreno, ou seja, derrubar matas e vender as madeiras, após a expedição e assinatura do título da propriedade (tramitação que poderia levar meses), além de depender da quitação integral do valor do lote. A “Carta de ordem” ou também “Ordem de Madeira” expedida após a comprovação do pagamento, representava em muitos casos o documento mais importante da constituição da propriedade privada, sendo o único meio de extrair e vender madeiras legalmente. Os processos de legitimação de terras demonstram a necessidade da Carta de Ordem e também abrem uma discussão sobre o perfil do posseiro ou como a lei os percebia.

O processo de legitimação das terras devolutas iniciava de duas maneiras: o ocupante poderia por iniciativa própria requerer a medição dos terrenos ou o Estado, através dos Distritos de Terras, deveriam informar aos ocupantes e possíveis pretendentes sobre a necessidade de medição, demarcação e compra dos terrenos. Em 1945 o Escritório Especial de Terras de Governador Valadares iniciou o processo de medição de dois lotes vizinhos localizados no Distrito de Campanário, Município de Itambacuri. Os sócios requerentes eram José Matias Soares e Diomário de Oliveira, segundo consta nas certidões de casamento, ambos eram de Ponte Nova/MG, cidade a mais de 300 quilômetros de distancia dos terrenos. A área de matas dos dois lotes somava 481 hectares, conforme a medição realizada em junho de 1945. Seis meses mais tarde os requerentes cobraram do chefe de Fiscalização de Matas e Terras a aprovação da medição de um de seus lotes para que pudessem efetuar o pagamento e com isso obter a Ordem de Madeira, de vez que a madeira extraída ali seria fiscalizada por esta repartição, conforme alegaram. Já do outro processo cobravam a expedição do documento, pois haviam quitado o pagamento das terras a mais de um mês. O que se verifica no comportamento dos sócios é a importância dada à compra das terras não só para legalizarem os seus status de donos, mas principalmente para adquirirem o direito legal de derrubar a mata.

Os requerentes fizeram a proposta de compra das terras antes mesmo da aprovação da medição, o que é no mínimo incomum à tramitação normal de um processo, tendo em vista que só após a medição é que se determinava a área a ser vendida e o seu preço. A hipótese levantada é a de que o agrimensor responsável pela medição poderia informar aos interessados o valor aproximado do lote para que esses já providenciassem o pagamento. Muitos são os processos em que os pagamentos são feitos antes mesmo da aprovação da venda dos lotes, e em alguns casos são depositadas quantias superiores ao valor definido pelos órgãos de concessões, o que em uma primeira impressão conclui-se que esses posseiros ou ocupantes como a legislação os definem, não correspondem ao tipo de homem do campo, caracterizado aqui anteriormente, como pouco ou nenhum recurso para comprar a terra devoluta que ocupava.

Outro ponto que chama a atenção é o perfil dos “ocupantes” que compraram as terras. Apesar de José Matias e Diomário se identificarem como lavrador, os processos indicam que as atividades voltadas para o cultivo das terras eram bem modestas em um dos lotes e inexistentes no outro. Nenhum dos dois residia nas terras e também não declararam a existência de colonos ou prepostos¹⁴. As benfeitorias identificadas como barracas¹⁵ demonstram que as terras tinham uma finalidade quase que exclusiva para a extração de madeira. Nos dois processos identificamos a atuação conjunta de um madeireiro de nome João Pereira Lopes e de um escritório de Advocacia com endereço de Belo Horizonte. Os processos contêm dossiês que demonstram a intermediação do madeireiro e dos advogados na compra de terras devolutas. Os processos revelam a existência de uma atividade altamente lucrativa, de curto prazo, no qual a venda dos recursos florestais permitia pagar o valor da terra devoluta.

Durante os anos de 1948 a 1951 no município de Itamaraci-MG foi intensa a troca de madeira pelo auxílio na compra de terras devolutas. A estratégia utilizada foi à elaboração de “contratos de gaveta” em que é explicitado o comprometimento do requerente em vender as madeiras existentes ao Sr João Pereira Lopes. Em contrapartida o madeireiro se torna procurador do requerente com a finalidade de viabilizar as documentações e pagamentos pela terra, como demonstra o processo 19596, do requerente José Figueiró Torres, a seguir:

Os poderes conferidos pelo outorgante ao seu bastante procurador serão por ele exercidos de acordo com as cláusulas da carta contrato que vai ser assinada, vendendo-lhe a madeira de lei existentes no direito de posse acima mencionado para com o produto de a mesma financiar a medição e legitimação do terreno na forma consigna (sic) no mesmo contrato, sendo a madeira vendida peroba de campo, digo rosa, vinhático, sucupira, ipê preto, cerejeira, cedro, peroba de campo e qualquer outra madeira que interessar a ele, procurador nas medições, espécies, qualidades quantidades e preços estipulados nas letras "A" e "B" da mencionada carta contrato. O procurador uma vês descontadas a medição e legitimação dos terrenos pagará ao outorgante o valor da madeira que foi extraída e que exercer das mesmas despesas até o final do implemento do referido contrato" 09/12/1948

¹⁴ Espécie de empregado ou agregado responsável pelo terreno quando o “proprietário” não reside nas terras.

¹⁵ É comum na atividade extrativista a instalações de barracas ou acampamentos para os trabalhadores responsáveis pela derrubada da mata. A precariedade desses abrigos corresponde o aspecto migratório da atividade de extração de madeira, assim que se esgota uma área, imediatamente uma nova porção de terras deve ser explorada.

O trecho acima é um dos contratos firmados entre o interessado em comprar as terras e o interessado em retirar e comprar as madeiras. É possível dimensionar a qualidade e o valor das árvores que existiam no terreno, mesmo após quitar todos os custos pela compra do lote, o requerente ainda tinha um saldo financeiro positivo. O madeireiro repassava a procuração para o mencionado escritório de advocacia providenciar as orientações e documentações necessárias para garantir a aquisição, por parte do ocupante, do título de propriedade do terreno, que permitiria extrair toda a madeira. Um aspecto muito comum nos processos envolvendo extração de madeiras é a venda das terras, após a titularização, a outro proprietário. Geralmente o novo proprietário requer aos órgãos do governo o memorial e a planta de medição do lote para fins de Registro Tórrrens, que garantia o título definitivo de propriedade da terra. Em alguns casos a venda do lote ocorria em um período mais longo, que variava de alguns meses a mais de um ano depois da titularização.

O governo de Minas Gerais percebeu que o título de propriedade de terras com matas era um instrumento jurídico para a retirada das madeiras. Com isso, em 1949, o governador promulgou a lei nº 550, referente à concessão de terras devolutas. O capítulo IX “Das concessões reversivas” revela que a legislação agrária do estado incorporou em seu texto a utilização das terras devolutas com finalidade exclusiva de exploração industrial de madeiras.

O Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá conceder a empresas que tenham por objetivo a exploração industrial de madeiras, em lugar que se destinar à colonização, pelo prazo de 20 (vinte) anos, terrenos devolutos, até a área de 10.000 (dez mil) hectares.

(Lei nº550 de 20 de dezembro de 1949)

A extração de madeiras, muitas das vezes, garantia um retorno financeiro bem maior que o valor investido na compra das terras, nessa perspectiva a compra de terras devolutas ricas em matas foi um empreendimento que possibilitou ao mesmo tempo a rápida acumulação de capital com a venda da floresta e a constituição da propriedade privada da terra. As motivações iniciais para o desmatamento era a necessidade de abrir clareiras para a agricultura e o estabelecimento da posse do lavrador, no sistema de cooperação vicinal. Entretanto, no segundo momento, de forma mais intensa, a devastação está ligada ao propósito de lucrar com a venda da madeira de lei e de atender a demanda de carvão vegetal e lenha, particularmente para as siderúrgicas.

A legislação de terras do Estado de Minas Gerais, durante a primeira metade do século XX, sofreu muitas modificações em virtude das mudanças na conjuntura econômica da região. Em relação à madeira de lei, o governo mineiro procurou controlar e fiscalizar com objetivo de impedir o contrabando e sonegação fiscal e não por um interesse de

preservação dos recursos florestais. Entretanto, as modificações na legislação de terras foram abrindo brechas que favoreceram as derrubadas.

Na década de 1960 a indústria da madeira perdeu importância, até deixar de existir. Na década de 1980 a pecuária entrou em decadência, por causa do esgotamento dos solos e do intenso processo de lixiviação. Em 1986, a VALE iniciou a exploração das minas de Carajás, deslocando grande parte dos seus interesses e esforços para essa região. Na década de 1990 as indústrias siderúrgicas substituíram o carvão vegetal pelo coque importado. Em 2001 ocorreu a primeira aquisição da Acelor e, em 2006, houve uma fusão entre a Arcelor e a empresa indiana Mittal, que no ano seguinte deu lugar ArcelorMittal.

Água, matas e ferro foram fatores decisivos para a ocupação da região, porém configuraram um território contra a floresta. A força do capital e do Estado mudou a relação com a natureza, porém é preciso questionar quais foram os danos infligidos ao ambiente por siderúrgicas, mineradoras, carvoarias, ferrovias, entre outros. Hoje a bacia hidrográfica do rio Doce é uma das mais degradadas do estado de Minas Gerais, apesar de ter sido a última a ser ocupada. Também é preciso questionar as respostas e atitudes da sociedade: desconhecimento, indiferença, não pensar nas consequências, conveniência política, para não perder votos. Fernandes Tourinho, 400 anos antes, se deixaram iludir pela riqueza imaginária da serra das esmeraldas; 100 anos atrás, Nelson de Sena acreditou nas “*opulências e tesouros*” do vale do rio Doce, porém nos últimos 40 anos o Vale do Rio Doce é marcado pela migração dos agentes econômicos e da população, num quadro de profunda crise ambiental.

Bibliografia

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do Rio Doce*. 2ed. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1978.

BORGES, Maria Eliza L. **Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais(1950-1964)**. Belo Horizonte, UFMG, 1988. (Tese de mestrado)

CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio no Catulé. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de et al. **Estudos de sociologia e história**. São Paulo, Inep – Anhembi, 1957, pp. 17-130.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria a diversidade do meio ambiente urbano. Belo Horizonte, CEDEPLAR-FACE-UFMG, 1995 ((Tese de Doutorado).

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC; Aimorés: Instituto Terra; Gov. Valadares: Ed. Univale, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.178-197, Jun. de 2008.

ESPINDOLA, H. S., AQUINO, B. P., MORAES, J. C. P. P. Legitimação e mercantilização de terras em Minas Gerais In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais Eletrônicos e [CD-Rom] / **XXV Simpósio Nacional de História**; Enilce Lima, Ítalo Bezerra e Márcio Moreira, Organizadores. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-Rom.

GARCIA, Paulo. **Terras Devolutas: Defesa Possessória Usucapião Registro Tornres**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1958.

GENOVEZ, P. F.; VILARINO, M. T. B. Entre práticas sanitárias e saberes tradicionais: a territorialização do saneamento no Médio Rio Doce. In.: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (org.). **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010, p. 119-154. Disponível em http://www.univale.br/sites/editora/e_books/.

GOMES, Francisco Magalhães. **História da Siderurgia no Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1983.

JUNQUEIRA, Messias. **O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas**. São Paulo. Livraria dos Advogados Editora Ltda, 1976.

MARCÍLIO, Álvaro. **O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1961.

MARTINS, José de Souza. Frentes pioneiras: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 47-50.

MEDEIROS, Jarbas. O Planejamento Regional no Vale do Rio Doce. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, Ano 63, n. 3, mar. de 1969.

PAULA, João Antônio de. Dois Ensaios sobre a Gênese da Industrialização em Minas Gerais: A Siderurgia e a Indústria Têxtil. In. *II Seminário sobre a Economia Mineira 2. Diamantina*, 1983. Anais, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMC, 1983

_____. (Coord.) **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

RACHE, Athos de Lemos. **Contribuição ao estudo da economia mineira**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1957.

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. 2º Ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2008

SIMAN, Lana Mara de Castro. **A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades**. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, UFMG, 1988.

STRAUCH, Ney. **A Bacia do Rio Doce**. Estudo Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1955.

_____. **Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1958.

VILARINO, Maria Terezinha B. **Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do médio rio Doce: 1942-1960.** Belo Horizonte, UFMG, 2008 (Dissertação de Mestra)

SENNA, Nelson. **Bacia do Rio Doce.** Belo Horizonte, I. Oficial, 1906.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem Pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil.** Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974.

ROSA, Léa Brígida R. de A. **Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas: 1890-1940.** São Paulo, USP, 1976.[Tese de Mestrado]

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v. XVII, n. 4, pp. 389-422, out./dez. de 1955.